



SARANDI

Governo Municipal

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9-0026/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 66/2026

OBJETO

Registro de preços para futura e eventual aquisição de combustível tipo Diesel S10, destinado ao abastecimento da frota de veículos da Prefeitura do Município de Sarandi/PR.

RESUMO

Critério de julgamento

☐ *Maior desconto.*

Registro de preços

☐ *Sim.*

Licitação diferenciada para MPE

☐ *Não se aplica.*

Total estimado

☐ *R\$ 2.106.000,00 (dois milhões, cento e seis mil reais).*

SESSÃO PÚBLICA



A sessão pública será aberta às 9h do dia 24/06/2026.



A licitação será realizada exclusivamente na forma eletrônica, por meio da plataforma compras.gov.br (UASG 988461).



O responsável pela condução da sessão será o Pregoeiro Renato Macedo Ferreira Portaria nº 2078/2026.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SARANDI

Secretaria Municipal de Administração

Departamento de Licitações

Rua José Emiliano de Gusmão, 565 – Centro – Sarandi - Paraná

licitacao@sarandi.pr.gov.br

(44) 3264-8600

SUMÁRIO

1	DO OBJETO	2
2	DO REGISTRO DE PREÇOS	2
3	DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO.....	2
	Da licitação diferenciada para MPE.....	3
4	DO ORÇAMENTO ESTIMADO	4
5	DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	4
6	DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	6
7	DA ABERTURA DA SESSÃO	7
8	DOS LANCES E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS	8
9	DA NEGOCIAÇÃO	11
10	DA PROPOSTA DE PREÇO	11
11	DA FASE DE JULGAMENTO	12
12	DA FASE DE HABILITAÇÃO	14
13	DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	17
14	DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA.....	18
15	DOS RECURSOS	19
16	DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	20
17	DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	23
18	DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO	23
19	DAS DISPOSIÇÕES FINAIS	24



Torna-se público que a Prefeitura do Município de Sarandi, por meio da Secretaria Municipal de Administração, sediada na rua José Emiliano de Gusmão, 565 – Centro – Sarandi – Paraná, realizará Licitação, para Registro de Preços, na modalidade Pregão, pela forma Eletrônica, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), do [Decreto nº 2140, de 14 de agosto de 2024](#), e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1 DO OBJETO

1.1 O objeto da presente licitação é *Registro de preços para futura e eventual aquisição de combustível tipo Diesel S10, destinado ao abastecimento da frota de veículos da Prefeitura do Município de Sarandi/PR*, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2 A licitação será realizada em único item.

2 DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 A participação nesta licitação não permite a inclusão de outros integrantes, conforme o [Comunicado Interno nº 485/2025-DL](#).

3 DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1 Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.2 Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.



3.4 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no subitem anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4.1 A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

DA LICITAÇÃO DIFERENCIADA PARA MPE

3.5 Esta licitação será para ampla participação, conforme motivação apresentada no 8.4 do Termo de Referência, Anexo I deste Edital.



3.6 Não poderão o disputar esta licitação:

- I. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- II. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;
- III. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- IV. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- V. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- VI. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- VII. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- VIII. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- IX. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;



X. direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.7 O impedimento de que trata o inciso IV do subitem 3.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

4 DO ORÇAMENTO ESTIMADO

4.1 O orçamento estimado da presente contratação **não** será de caráter sigiloso.

5 DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1 Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3 Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no subitem anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o percentual de desconto, observado o disposto nos subitens 12.1.1 e **Erro! Fonte de referência não encontrada.** deste Edital.

5.4 No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

I. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos



de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

II. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

III. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

IV. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.5 O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6 O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6.1 No item em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.



5.7 A pessoa jurídica que se enquadrar em qualquer das situações previstas nos incisos do §4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/06 não poderá usufruir do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da mesma Lei.

5.8 A falsidade da declaração de que trata os subitens 5.4 ou 5.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.9 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.10 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.



5.11 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.12 Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu percentual de desconto final máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

- I. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- II. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.13 O percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo licitante durante a fase de disputa, sendo vedado o percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo licitante no sistema.

5.14 O percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do subitem 5.12 possuirá caráter sigiloso para os demais licitantes e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.15 Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.16 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6 DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

- I. Percentual de desconto;
- II. Marca/bandeira;
- III. Quantidade cotada (não poderá ser diferente da descrita no Termo de Referência).



- 6.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 6.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 6.4 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 6.5 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 6.6 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 6.7 **O prazo de validade da proposta** não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 6.8 O preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência.

7 DA ABERTURA DA SESSÃO

- 7.1 A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na [data, horário e local indicados neste Edital](#).
- 7.2 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 7.3 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.



8 DOS LANCES E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

8.1 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.2 O lance deverá ser ofertado pelo percentual que resultará no maior desconto no item.

8.2.1 Para fins de julgamento, os lances deverão ser pelo percentual. Com isso o COMPRASNET fará o cálculo automaticamente e apresentará o valor para item cotado com o desconto, consequentemente o valor total do item. Para fins de classificação, a melhor proposta será aquela que oferecer o maior desconto no item, este será representado em reais “R\$” pelo menor valor do item.

8.3 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

8.4 O licitante somente poderá oferecer lance de percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.5 O intervalo mínimo de diferença de Escolher um item. entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,01%.

8.6 O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

8.7 O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

8.8 Será adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

8.9 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

8.10 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

8.11 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos subitens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.



8.12 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

8.13 Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

8.14 Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

8.15 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

8.16 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

8.17 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

8.18 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

8.19 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

8.20 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

8.21 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento), serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

8.21.1 A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.



8.22 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

8.23 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.24 A obtenção do benefício a que se refere o subitem anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

8.25 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

- I. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- II. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- III. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme Decreto nº 11.430, de 8 de março de 2023;
- IV. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024.

8.26 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

- I. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- II. empresas brasileiras;
- III. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;



IV. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

8.27 Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

9 DA NEGOCIAÇÃO

9.1 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

9.2 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

9.3 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.4 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

10 DA PROPOSTA DE PREÇO

10.1 O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a **proposta de preço** conforme o Anexo II, adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

10.1.1 Além das informações constantes no modelo da proposta (Anexo II), deverão constar, conforme o combustível cotado:

- I. marca/bandeira;
- II. percentual de desconto;
- III. validade da proposta, conforme exigido no subitem 6.7 deste edital.



10.2 É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido acima (subitem 10.1), a partir de solicitação fundamentada feita no *chat* pelo licitante, antes de findo o prazo.

11 DA FASE DE JULGAMENTO

11.1 Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no subitem 3.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- I. SICAF;
- II. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União;
- III. Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União;
- IV. Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União; e
- V. Consulta no Tribunal de Contas do Estado do Paraná - TCE-PR para verificar restrições ao direito de contratar com a Administração Pública.

11.2 A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

11.3 A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

11.4 Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

11.5 Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

11.5.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

11.5.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.



11.5.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

11.6 Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

11.7 Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Pregoeiro verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

11.8 Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

11.9 Será desclassificada a proposta vencedora que:

- I. conter vícios insanáveis;
- II. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- III. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- IV. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- V. não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;
- VI. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

11.10 Será considerado indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

11.11 A inexequibilidade, na hipótese de que trata o subitem anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

- I. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- II. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

11.12 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.



11.13 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

12 DA FASE DE HABILITAÇÃO

12.1 Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.1.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

12.2 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

12.3 Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

12.4 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia autenticada na forma da lei.

12.5 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

12.6 Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

12.7 Serão aceitos registros de CNPJ da licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

12.8 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.



12.9 Será verificado no sistema se o licitante apresentou:

- I. declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;
- II. sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- III. sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

12.10 A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

12.11 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

12.12 Para as certidões emitidas que não especifiquem seu prazo de validade, será considerado o prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados a partir de suas respectivas emissões, devendo estar válidas na data do recebimento dos documentos de habilitação.

12.13 É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

12.13.1 A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

12.14 A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

12.14.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de duas horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

12.15 A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

12.15.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.



12.15.2 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

12.16 Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o subitem 12.14.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até duas horas, para:

- I. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;
- II. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- III. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;
- IV. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

12.17 Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

12.18 Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

12.19 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 12.14.1.

12.20 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

12.21 A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.



12.22 Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

13 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1 Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de cinco dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

13.2 O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do licitante convocado, desde que:

- I. a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- II. a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

13.3 A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

13.4 Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

13.5 O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

13.6 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

13.7 Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

13.8 O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.



14 DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

14.1 Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

- I. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e
- II. dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

14.2 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

14.3 A apresentação de novas propostas na forma deste subitem não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

14.4 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

14.5 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

- I. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou
- II. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462, de 2023.

14.6 Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

- I. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
- II. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.



15 DOS RECURSOS

15.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

15.2 O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

15.3 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

- I. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- II. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.
- III. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

15.4 Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

15.5 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

15.6 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

15.7 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

15.8 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

15.9 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

15.10 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://sarandi.eloweb.net/portaltransparencia/licitacoes>.



16 DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES



16.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

- I. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro durante o certame;
- II. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
 - a) não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - b) recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
 - c) pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
- III. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- IV. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- V. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- VI. fraudar a licitação;
- VII. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - a) agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - b) induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- VIII. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- IX. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

16.2 Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- I. advertência;
- II. multa;





III. impedimento de licitar e contratar e

IV. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

16.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

I. a natureza e a gravidade da infração cometida;

II. as peculiaridades do caso concreto;

III. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

16.4 A multa será recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

16.5 Para as infrações previstas nos incisos I, II e III do subitem 16.1, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

16.6 Para as infrações previstas nos incisos IV, V, VI, VII, VIII e IX do subitem 16.1, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

16.7 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

16.8 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

16.9 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos incisos I, II, III e IV do subitem 16.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

16.10 Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos incisos V, VI, VII, VIII e IX do subitem 16.1, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos I, II, III e IV do subitem 16.1 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).



16.11 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no inciso IV do subitem 16.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

16.12 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

16.13 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

16.14 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

16.15 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

16.16 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

16.17 Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

16.18 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.



17 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

17.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

17.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

17.3 A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados, para o e-mail: *PREGOEIRO2@SARANDI.PR.GOV.BR*.

17.4 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

17.5 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

17.6 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

18 DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO

18.1 Fica assegurado ao MUNICÍPIO DE SARANDI/PR o direito de revogar a licitação por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulá-la em virtude de vício insanável.

18.2 A declaração de nulidade de algum ato do procedimento somente resultará na nulidade dos atos que diretamente dele dependam.

18.3 Quando da declaração de nulidade de algum ato do procedimento, a autoridade competente indicará expressamente os atos a que ela se estende.

18.4 A nulidade do procedimento de licitação não gera obrigação de indenizar pela Administração.

18.5 Nenhum ato será declarado nulo se do vício não resultar prejuízo ao interesse público ou aos demais interessados.



19 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1 Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

19.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

19.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

19.4 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

19.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

19.6 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

19.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

19.8 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

19.9 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

19.10 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) no Portal de Transparência deste Município, podendo ser acessado pelo link: <https://sarandi.eloweb.net/portaltransparencia/licitacoes>.

19.11 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- ✓ Anexo I - Termo de Referência;
 - Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;
- ✓ Anexo II – Proposta de Preço (modelo);
- ✓ Anexo III – Minuta de Ata de Registro de Preços;



- ✓ Anexo IV – Contrato; e
- ✓ Anexo V – Análise de Risco.

Sarandi, 8 de junho de 2026.

PATRÍCIA DAIANE MORAES DE SOUZA

Secretária Interina de Administração
Decreto nº 1113/2026



SARANDI

GOVERNO MUNICIPAL

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

OBJETO

Registro de preços para futura e eventual aquisição de combustível tipo Diesel S10, destinado ao abastecimento da frota de veículos da Prefeitura do Município de Sarandi/PR.



SUMÁRIO

1	CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO	2
2	FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO	3
3	DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO.....	4
4	REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO	5
5	MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO.....	5
6	MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO	6
7	CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO.....	9
8	FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR	15
9	ASPECTOS CONTRATUAIS	20
10	ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO	27
11	ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	28



1 CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

OBJETO

1.1 *Registro de preços para futura e eventual aquisição de combustível tipo Diesel S10, destinado ao abastecimento da frota de veículos da Prefeitura do Município de Sarandi/PR, nos termos da(s) tabela(s) abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.*

ITEM	CÓD.	DESCRIÇÃO	TOTA ESTIMADO
1	37948	DIESEL S10	R\$ 2.106.000,00

Tabela 1 *Valor estimado obtido no ETP, com ajustes solicitados pelas Secretarias requisitantes e arredondamento de valores.

1.2 O valor total acima referente a cada produto representa o limite máximo estimado para contratação ao longo da vigência da Ata de Registro de Preços – ARP.

1.2.1 O percentual ofertado pela proposta vencedora será aplicado como desconto sobre o valor do litro do combustível, conforme as disposições estabelecidas neste termo.

1.3 Em caso de divergência entre as especificações deste Termo de Referência - TR e as apresentadas no compras.gov.br, prevalecerão sempre deste termo.

DEMAIS ESPECIFICAÇÕES

1.4 Condições Para Fornecimento

1.4.1 O abastecimento ocorrerá no(s) Posto(s) de Combustível(eis) localizados neste município.

1.4.2 Os combustíveis serão solicitados conforme a demanda do Município de Sarandi, sempre mediante apresentação de REQUISIÇÃO DE ABASTECIMENTO assinada por portador autorizado.

1.4.3 Para a REQUISIÇÃO DE ABASTECIMENTO ser considerada válida, deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

- I. Identificação do fornecedor;
- II. Número da requisição;
- III. Identificação do combustível;
- IV. Identificação e assinatura do responsável pela autorização do abastecimento;
- V. Identificação e assinatura do portador autorizado para realizar o abastecimento;





VI. Identificação do veículo ou equipamento:

- a) Para os veículos, deverá constar, conforme o caso, os dados da placa ou número da frota e quilometragem ou horas/trabalho.
- b) Para os equipamentos (roçadeira, motosserra, gerador de energia ou outros), considerar a identificação do equipamento.

1.4.4 O abastecimento será realizado diretamente nas bombas de combustível do estabelecimento do fornecedor, sem custos adicionais.

1.4.5 **Nenhum abastecimento sem a devida autorização** (apresentação da REQUISIÇÃO DE ABASTECIMENTO) **terá o seu pagamento efetuado**, ficando desta forma o fornecedor como único responsável pela solicitação das requisições no ato de cada abastecimento.

1.4.6 A cada abastecimento deverá ser gerada NFC-e correspondente, que servirá para controle. O faturamento para pagamento deverá ser realizado conforme no tópico 8 desse Termo de Referência.

1.5 Disponibilidade para fornecimento:

1.5.1 O abastecimento deverá ser realizado diretamente nas bombas de combustível do estabelecimento do fornecedor, sem custos adicionais.

1.5.2 Atender todos os dias, inclusive feriados, das 7 horas às 21 horas.

1.5.3 Em casos de feriados com horários diferenciados, a administração poderá flexibilizar os horários mínimos para execução do abastecimento, desde que o fornecedor notifique a administração com no mínimo 5 (cinco) dias de antecedência, com as devidas justificativas.

1.6 Delimitação territorial:

1.6.1 A participação desta licitação será exclusivamente para empresas com unidades (postos) neste município, tal exigência se faz necessário para manter a economicidade, haja vista que longos trechos para realização dos abastecimentos oneraria desnecessariamente os cofres deste Município.

1.6.2 Pode-se destacar como fator principal o deslocamento de algumas máquinas/equipamentos para trechos mais distantes, muitos destes possuem velocidade baixa e elevado consumo de combustível e seu deslocamento seria perigoso para as partes em trânsito, bem como oneroso para os cofres do Município.

2 FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.





2.2 Observa-se que abertura de novo certame licitatório para a aquisição de Diesel S10, visa a correção de vício material identificado no Pregão 18/2026 que impede o atendimento integral da demanda pública identificada. Busca-se assim a garantia da manutenção das atividades essenciais desta municipalidade.

2.3 O planejamento administrativo, consubstanciado no Estudo Técnico Preliminar (ETP) e no Termo de Referência (TR) do pregão 18/2026, estimou os seguintes valores: R\$ 2.106.000,00. (dois milhões, cento e seis mil reais) para o Diesel S10; e R\$ 423.500,00. (quatrocentos e vinte e três mil e quinhentos reais) para o Diesel S500.

2.4 Ocorre que, por falha operacional no momento da transposição dos dados para o Edital e, conseqüentemente, para o portal Compras.gov.br, houve uma inversão de valores entre os itens. Tal equívoco resultou em um orçamento subestimado para o Diesel S10, montante manifestamente insuficiente para a execução do objeto conforme planejado.

2.5 A manutenção apenas do contrato subdimensionado firmado atualmente traria prejuízos imediatos e Risco de Desabastecimento, pois o valor alocado para o Diesel S10 (item de maior consumo) seria insuficiente para cobrir o período contratual previsto, levando à interrupção precoce do fornecimento.

2.6 Diante da impossibilidade da correção por simples retificação em contrato já em vigor que altere a essência econômica do certame, faz-se necessário o lançamento de nova licitação. A nova contratação utilizará o mesmo Estudo Técnico Preliminar e os ajustes solicitados pelas Secretarias Municipais realizados no Pregão 18/2026 para este Termo de Referência, visto que a necessidade e o diagnóstico da demanda permanecem válidos e corretos, corrigindo-se apenas a falha de processamento de dados.

2.7 Portanto, a medida não apenas corrige um erro material administrativo, mas protege o interesse público ao garantir o abastecimento ininterrupto da frota, assegurando que os recursos financeiros sejam aplicados exatamente onde a demanda exige.

2.8 Até a presente data, o Município de Sarandi não possui Plano de Contratações Anual – PCA 2026 publicado.

3 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1 A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.





4 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

SUSTENTABILIDADE

4.1 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

4.1.1 A Contratada deverá ainda, respeitar as Normas Brasileiras (NBR) publicadas pela ABNT sobre resíduos sólidos, sempre que aplicável.

LEGISLAÇÃO ESPECIAL

4.2 Para execução do objeto desta licitação será observado as seguintes legislações:

- I. Lei 9.478/1997: Dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências.
- II. Lei 14.993/2024: Define a mistura de etanol na gasolina.
- III. Resolução ANP 948/2023: Regulamenta a autorização para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos.

5 MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1 Os combustíveis deverão ser fornecidos nas condições e exigências previstas neste termo. Caso não seja possível a entrega no prazo estipulado, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 1 dia de antecedência para qualquer pleito de prorrogação do prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.2 O objetivo do presente certame é a adquirir os produtos para as Secretarias do Município de Sarandi ao longo do ano. As compras serão feitas conforme a necessidade, utilizando uma ata de registro de preços com valores já estabelecidos, o que permite contratações parceladas, assegurando maior eficiência e economia aos cofres públicos.

5.3 Resultado pretendido: Garantir a eficiência e a economicidade nas aquisições realizadas para as Secretarias manterem suas atividades.

PRAZO PARA ABASTECIMENTO

5.4 Os combustíveis serão solicitados conforme a demanda do Município de Sarandi, sempre mediante apresentação de REQUISIÇÃO DE ABASTECIMENTO assinada por portador autorizado.





LOCAL PARA ABASTECIMENTO

5.5 O abastecimento ocorrerá no(s) Posto(s) de Combustível(eis) localizados neste município.

GARANTIA DO OBJETO

5.6 O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

5.7 A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.8 Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos produtos que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 01 (um) dia útil, contados a partir da data do abastecimento.

5.9 O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

5.10 A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

CONDIÇÕES PARA MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

5.11 Não se aplica.

6 MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.





6.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

ROTINAS DE FISCALIZAÇÃO

6.5 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

FISCALIZAÇÃO

6.6 O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.7 O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.8 Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.9 O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.10 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.11 O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

6.12 O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.13 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.14 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de





qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

GESTOR DO CONTRATO

6.15 Cabe ao gestor do contrato:

- I. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- II. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- III. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- IV. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- V. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- VI. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
- VII. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6.16 Além das disposições relacionadas acima para gestão e fiscalização do objeto desta licitação, deverá ser observado a [Instrução Normativa nº 17/2023 – Controladoria Geral do Município de Sarandi](#).





6.17 O gestor(es) e fiscal(is) para execução do objeto são os indicados abaixo e nas Portarias nº 1634/2026 e 2169/2026, ou aquela que vier a substituir.

Fiscais	Gestores
Nome: Marcos Joaquim da Silva - Matrícula: 10228	Nome: Bruna Justo Guimar - Matrícula: 10064
Nome: Paulo Roberto Bau - Matrícula: 10162	Nome: Carmeluci Marinho - Matrícula: 8171
Nome: Adriana de Andrade - Matrícula: 10204	Nome: Cristóvão de Farias - Matrícula: 10561
Nome: James Robaina da Silva - Matrícula: 5472	Nome: Mayko Jhord dos Santos - Matrícula: 9377
Nome: Nilton Gabriel Brasil - Matrícula: 9352	Nome: Jairo Augusto Saldanha - Matrícula: 2612
Nome: Abel de Freitas Silva - Matrícula: 9915	Nome: Maurício Egídio Adamo - Matrícula: 8118
Nome: Márcio Cristiano de Assis - Matrícula: 10606	
Nome: Elizena Maria Garbelini - Matrícula: 6564	
Nome: Renilda da Silva Souza - Matrícula: 2308	Nome: William Vinicius Ribeiro - Matrícula: 9190
Nome: Jorge Teixeira da Silva - Matrícula: 2125	Nome: Lucas Antonio Ferrer - Matrícula: 9960

7 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

RECEBIMENTO

7.1 Os combustíveis serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.1.1 Os combustíveis poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 1 (um) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.2 O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.3 Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 03 (três) dias úteis.

7.4 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.



7.5 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.6 O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.7 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

ACESSO AOS DADOS DOS PREÇOS DE REFERÊNCIA

7.8 O preço de referência será obtido exclusivamente no portal oficial da ANP (Levantamento de Preços de Combustíveis):

- I. **Link de acesso:** <https://www.gov.br/anp/pt-br/assuntos/precos-e-defesa-da-concorrencia/precos/levantamento-de-precos-de-combustiveis-ultimas-semanas-pesquisadas>;
- II. **Em caso de alteração de link:** O interessado deverá realizar a busca manual no portal gov.br/anp, procurando por "Levantamento de Preços de Combustíveis - Resumo Semanal". A impossibilidade de acesso por link direto não desonera a CONTRATADA da aplicação da base de cálculo correta. Assim como os responsáveis pela GESTÃO e FISCALIZAÇÃO dos contratos.

PASSO A PASSO PARA EXTRAÇÃO DO PREÇO DE REFERÊNCIA

7.9 Ao acessar a página conforme apresentado acima, faça download (baixe) o arquivo da planilha e faça os filtros conforme a seguir:

- I. Conforme a semana de abastecimento, baixar o arquivo: “Preços médios semanais: Brasil, regiões, estados e municípios”;
- II. Abrir a planilha aceitando a opção “abrir em somente leitura”;
- III. Nessa planilha, selecionar a aba “MUNICÍPIOS”, nela selecionar toda a linha de título das colunas (linha 10), efetuar filtro nas opções do editor: Dados > Filtro/Auto-filtro.
- IV. Ao baixar a planilha e fazer os filtros acima, selecionar a coluna “MUNICÍPIO” e fazer o filtro selecionando “MARINGÁ”, e na coluna “PREÇO MÉDIO REVENDA”, o valor médio por combustível apresentado nesta coluna deverá ser utilizado como



38	01/02/2026	07/02/2026	MINAS GERAIS	ARAXA	ETANOL HIDRATADO
39	01/02/2026	07/02/2026	PERNAMBUCO	ARCOVERDE	ETANOL HIDRATADO
40	01/02/2026	07/02/2026	SÃO PAULO	ASSIS	ETANOL HIDRATADO
41	01/02/2026	07/02/2026	SÃO PAULO	AVARE	ETANOL HIDRATADO
42	01/02/2026	07/02/2026	RIO GRANDE DO SUL	BAGE	ETANOL HIDRATADO
43	01/02/2026	07/02/2026	MARANHAO	BALSAS	ETANOL HIDRATADO
44	01/02/2026	07/02/2026	RIO DE JANEIRO	BARRA DO PIRAI	ETANOL HIDRATADO
45	01/02/2026	07/02/2026	RIO DE JANEIRO	BARRA MANSA	ETANOL HIDRATADO
46	01/02/2026	07/02/2026	BAHIA	BARREIRAS	ETANOL HIDRATADO
47	01/02/2026	07/02/2026	SÃO PAULO	BARRETOS	ETANOL HIDRATADO
48	01/02/2026	07/02/2026	SÃO PAULO	BARUERI	ETANOL HIDRATADO

<<

<

>

>>

CAPITAIS

MUNICIPIOS

ESTADOS

REGIOES

BRASIL

+

	A	B	C	D	E	F	G	H
1	AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP							
2	SUPERINTENDÊNCIA DE DEFESA DA CONCORRÊNCIA							
3	LEVANTAMENTO DE PREÇOS DE COMBUSTÍVEIS							
4								
5								
6	INTERVALO DE TEMPO: SEMANAL							
7	COMBUSTÍVEL: TODOS							
8	TIPO RELATÓRIO: MUNICÍPIOS				OBS: ATUALMENTE, O PRODUTO 'ÓLEO DIESEL' SE REFERE AO ÓLEO DIESEL B \$500 COMUM.			
9								
10	DATA INICIAL	DATA FINAL	ESTADO	MUNICÍPIO	PRODUTO	NÚMERO DE POSTOS PESQUISADOS	UNIDADE DE MEDIDA	PREÇO MÉDIO REVENDA
11	01/02/2026	07/02/2026	PARA	ABAETETUBA	ETANOL HIDRATADO	1	R\$/l	5,49
12	01/02/2026	07/02/2026	MARANHAO	ACAILANDIA	ETANOL HIDRATADO	2	R\$/l	4,89
13	01/02/2026	07/02/2026	SAO PAULO	ADAMANTINA	ETANOL HIDRATADO	8	R\$/l	4,22

A	B	C	D	E	F
AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP					
SUPERINTENDÊNCIA DE DEFESA DA CONCORRÊNCIA					
LEVANTAMENTO DE PREÇOS DE COMBUSTÍVEIS					
INTERVALO DE TEMPO: SEMANAL					
COMBUSTÍVEL: TODOS					
TIPO RELATÓRIO: MUNICÍPIOS					
OBS: ATUALMENTE, O PRODUTO 'ÓLEO DIESEL' SE REFERE AO ÓLEO DIESEL B					
DATA INICIAL	DATA FINAL	ESTADO	MUNICÍPIO	PRODUTO	NÚMERO DE POSTOS PESQUISADOS
01/03/2025	07/03/2025	PARA	ABATETUBA	ETANOL HIDRATADO	1

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP						
SUPERINTENDÊNCIA DE DEFESA DA CONCORRÊNCIA						
LEVANTAMENTO DE PREÇOS DE COMBUSTÍVEIS						
INTERVALO DE TEMPO: SEMANAL						
COMBUSTÍVEL: TODOS						
TIPO RELATÓRIO: MUNICÍPIOS						
OBS: ATUALMENTE, O PRODUTO 'ÓLEO DIESEL' SE REFERE						
DATA INIC	DATA FIN	ESTADO	MUNICÍPIO	PRODUTO	PREÇO MÉDIO REVEN	
22/03/2026	28/03/2026	PARANA	MARINGA	ETANOL HIDRATADO	4,81	
22/03/2026	28/03/2026	PARANA	MARINGA	GASOLINA ADITIVADA	7,07	
22/03/2026	28/03/2026	PARANA	MARINGA	GASOLINA COMUM	6,93	
22/03/2026	28/03/2026	PARANA	MARINGA	GLP	107,25	
22/03/2026	28/03/2026	PARANA	MARINGA	OLEO DIESEL	7,52	
22/03/2026	28/03/2026	PARANA	MARINGA	OLEO DIESEL S10	7,82	



APLICAÇÃO DO DESCONTO DA PROPOSTA

7.10 O valor unitário para faturamento deverá ser calculado da seguinte forma:

- I. **Identificação do Valor Base:** Coleta-se o Preço Médio de Revenda da semana em Maringá/PR.
- II. **Tratamento Numérico:** Elimina-se a terceira casa decimal do valor coletado, sem arredondamentos (truncamento).
- III. **Aplicação do Desconto:** Aplica-se o percentual de desconto fixo obtido no Pregão. Exemplo na gasolina comum:
 - a) Valor a ser pago = preço média revenda (ANP_Maringá) subtraído o percentual de desconto da proposta vencedora do certame.
 - b) Exemplo para Diesel S10: O preço a ser pago referente aos abastecimentos de Diesel S10 durante o período 22 a 28 de março de 2026 será R\$ 7,42 por litro (R\$ 7,82 – 5%).

CRONOGRAMA DE FECHAMENTO E FATURAMENTO

7.11 **Periodicidade:** O fechamento será mensal, por Unidade Requisitante (Secretaria).

7.12 **Consolidação:** A empresa deverá consolidar os abastecimentos semanais. Se um mês tiver semanas com preços ANP diferentes, o faturamento deverá conter o detalhamento de cada período com o respectivo valor.

7.13 **Prazo de Entrega da Fatura:** A CONTRATADA deverá protocolar as respectivas Notas Fiscais para liquidação e pagamento ao final de cada mês, consolidando os abastecimentos semanais e deverá ser realizado por Unidade Requisitante (Secretarias), em data a ser definida pelo Setor de Patrimônio da Secretaria de Administração.

DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA LIQUIDAÇÃO

7.14 Para que o pagamento seja processado, a Nota Fiscal deve estar acompanhada de:

- I. Relatório detalhado contendo: Placa do veículo, data, hora, quantidade de litros e o Preço Médio ANP daquela semana específica.
- II. Cópia (print ou PDF) da tabela ANP consultada para cada semana do período.

INDISPONIBILIDADE DA ANP

7.15 Caso a ANP não publique o levantamento em determinada semana para o município de Maringá/PR, será utilizado o preço médio da semana imediatamente anterior





disponível, até que a situação se normalize, garantindo a continuidade do serviço e a regularidade do faturamento.

7.15.1 Este procedimento assegura o risco da variação de preços de mercado seja gerido pelo indexador oficial, mantendo a vantajosidade da proposta e o desconto inalterados durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços.

LIQUIDAÇÃO

7.16 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, inciso I do [Decreto nº 1308/2023](#).

7.17 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I. a data da emissão;
- II. os dados do contrato e do órgão contratante;
- III. o período respectivo de execução do contrato;
- IV. percentual de desconto, conforme apresentado na proposta ajustada;
- V. o valor a pagar; e
- VI. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.18 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

7.19 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.20 O valor a ser faturado por litro de combustível será aquele apresentado pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) no Levantamento de Preços de Combustíveis (LPC) **referente a semana em que o veículo foi abastecido**, sobre esse valor deverá ser aplicado o percentual de desconto ofertado na proposta vencedora do pregão, que resultará no valor a ser pago pelo Município de Sarandi.





7.21 O preço unitário de referência para o faturamento será o valor do preço médio de revenda da cidade de Maringá-PR, disponibilizado pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis através do LPC da semana em que ocorreu o abastecimento.

7.22 Para o faturamento da NF consolidada deverão ser utilizados os seguintes critérios no LPC da semana referência do abastecimento:

- ✓ Filtrar o Estado do Paraná e o Município de Maringá/Pr;
- ✓ Filtrar o combustível utilizado.
- ✓ Considerar a coluna “preço médio revenda” ao consumidor (eliminando-se sempre a terceira casa decimal dos preços, independentemente da aproximação).

7.23 O percentual de desconto apresentado na proposta vencedora será fixo durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços.

7.24 Demais condições para **liquidação e pagamento** são as apresentadas no instrumento contratual ou equivalente.

7.25 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- I. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
- II. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.25.1 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.25.2 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.25.3 Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.26 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.





PRAZO DE PAGAMENTO

7.27 O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 7º, inciso II do [Decreto nº 1308/2023](#).

7.28 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) de correção monetária.

FORMA DE PAGAMENTO

7.29 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.30 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.31 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.31.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.32 O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8 FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA

8.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, por meio do Sistema Registro de Preços, com adoção do critério de julgamento pelo maior desconto, com adjudicação por item.

Justificativa para adoção da modalidade Pregão na forma Eletrônico:





O art. 17, § 2º da Lei 14.133/2021 estabelece que as licitações devem ser preferencialmente eletrônicas [...]. O art. 29 dita que o pregão deve ser usado quando o objeto tiver padrões de desempenho e qualidade definidos pelo edital.

O Pregão Eletrônico amplia a participação de empresas, facilita o processo licitatório, reduz o tempo de contratação, incentiva a competição e melhora o controle das despesas.

8.2 O objeto deste certame não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme Decreto nº 620/2021 e são caracterizados comuns.

Justificativa adequada para a característica da natureza do objeto “Bem comum”:

Os itens a serem adquiridos são considerados comuns, pois possuem especificações de mercado e padrões de qualidade definidos neste instrumento.

No mesmo sentido, vale destacar que o objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme o Decreto Municipal nº 620/2021.

PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS REUNIDAS EM CONSÓRCIO

8.3 Não se aplica.

Justificativa (art. 18, IX da L14133/21):

Conforme entendimento do Acórdão nº 2.869/2012 – Plenário, a decisão de permitir ou vedar a participação de consórcios em licitações é de competência discricionária da Administração contratante, desde que esteja devidamente motivada por justificativa técnica que sustente a escolha adotada.

A contratação por consórcio traria grande complexidade para os procedimentos administrativos e financeiros desta Administração Municipal, principalmente no que se refere aos pagamentos às empresas consorciadas. Considerando o porte da contratação e a prática comum de se restringir a participação de consórcios em licitações dessa natureza, entende-se como adequada e fundamentada a vedação neste caso, em observância aos princípios da eficiência, da economicidade e da segurança jurídica.

TRATAMENTO DIFERENCIADO PARA MPE

8.4 Tratamento diferenciado: Não serão aplicados os tratamentos diferenciados para ME/EPP dos artigos 47 e 48 da Lei Complementar 123/2006, com base no inciso II, do artigo 49 da mesma Lei.

Justificativa do tratamento diferenciado para MPE:

Não será dado o tratamento diferenciado para ME/EPP, conforme histórico dos últimos editais foram para ampla participação, haja vista a delimitação territorial definida e não existência no Município postos de combustíveis ME/EPP conforme demonstrado no Estudo Técnico Preliminar.



DA PROPOSTA DE PREÇOS

8.5 Além das exigências apresentadas no Edital, a proposta deverá conter:

- ✓ Marca/bandeira para o item cotado.

FORMA DE FORNECIMENTO

O fornecimento do objeto será: parcelado.

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.6 Nesta licitação optou-se pelo Sistema de Registro de Preços, considerando que atende ao disposto no art. 3º do Decreto nº 2140/2024 – SRP.

Justificativa para adoção do SRP:

A adoção do sistema de registro de preço justifica-se pela forma de aquisição dos produtos, que terá previsão de entregas parceladas, segundo a necessidade do Município de Sarandi. (Art. º 3º, inciso II do Decreto Nº 11.462 de 31 de março de 2023). O SRP permite a realização de um único processo licitatório para registro de preços, com validade de até um ano, otimizando os recursos administrativos e possibilitando aquisições conforme a demanda, evitando o desperdício.

Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, nas seguintes situações:

- I. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
- II. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
- III. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou
- IV. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.





EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

Habilitação jurídica

8.7 Para fins de Habilitação Jurídica, deverá o interessado apresentar, conforme o caso, o(s) documento(s) a seguir:

- I. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- II. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- III. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- IV. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;
- V. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- VI. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- VII. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- VIII. **Ato de autorização para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos, outorgada pela Agência Nacional de Petróleo nos termos da resolução ANP nº 948, de 5 de outubro de 2023.**

Justifica-se a solicitação da autorização para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos por tratar-se de exigência legal o exercício da atividade.





8.7.1 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.8 Para fins de Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista, deverá o interessado apresentar, conforme o caso, o(s) documento(s) a seguir:

- I. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, possuindo como atividade principal a revenda varejista de combustíveis;
- II. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- III. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- IV. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- V. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual (revenda varejista de combustíveis);
- VI. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.8.1 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.8.2 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.9 Para fins de Qualificação Econômico-Financeira, deverá o interessado apresentar, conforme o caso, o(s) documento(s) a seguir:



VII. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor.

Justificativa (art. 18, IX da Lei nº 14133/2021): A exigência de comprovação da capacidade econômico-financeira justifica-se pela necessidade de verificar se o licitante possui condições adequadas para firmar com esta Administração Municipal, o Ata de Registro de Preços, assegurando a execução regular e sustentável das futuras aquisições dela decorrentes.

9 ASPECTOS CONTRATUAIS

VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços – ARP, será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

9.1.1 Neste processo, poderá ocorrer contrato oriundo de ARP.

REAJUSTE

9.2 O percentual utilizado para descontos nos preços fornecidos pela ANP permanecerá constante ao longo da vigência da ARP.

SUBCONTRATAÇÃO

9.3 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

9.4 Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste instrumento.

OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.5 São obrigações do CONTRATANTE:

- I. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o Edital e seus anexos;
- II. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- III. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente,





às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

IV. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

V. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

VI. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste instrumento;

VII. Cientificar a Secretaria Municipal para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

VIII. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

a) A Administração terá o prazo de 60 (sessenta), a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

IX. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 60 (sessenta);

X. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

9.6 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.7 O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes do Edital e seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

I. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;





- II. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- III. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- IV. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:
- a) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
 - b) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
 - c) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;
 - d) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
 - e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.
- V. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;
- VI. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;
- VII. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- VIII. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;





- IX. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- X. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- XI. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- XII. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- XIII. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
- XIV. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;
- XV. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- XVI. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.8 O descumprimento das disposições contidas neste Termo de Referência e/ou contratuais sujeita a CONTRATADA as seguintes sanções administrativas:

Sanções aplicáveis

9.9 Ao contratado que incorrer nas infrações acima poderão ser aplicadas, isolada ou cumulativamente, conforme a gravidade da conduta:

- I. Advertência;
- II. Multa;



III. Rescisão contratual;

IV. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município; e

V. Declaração de inidoneidade.

9.10 A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

Graduação das multas

9.11 As multas poderão ser aplicadas de acordo com o grau de severidade da infração, conforme listado abaixo:

Grau de severidade	Aplicação
L1 – Leve	Advertência formal;
M1 – Moderado	Multa de 0,1% (zero vírgula um por cento) do valor total do contrato por dia de inadimplência e/ou fato gerador ensejador da multa, conforme a natureza da obrigação;
M2 – Moderado	Multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) do valor total do contrato por dia de inadimplência e/ou fato gerador ensejador da multa, conforme a natureza da obrigação; e
M3 – Moderado	Multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do valor total do contrato por dia de inadimplência e/ou fato gerador ensejador da multa, conforme a natureza da obrigação.
G1 – Grave	Multa de 0,7% (zero vírgula sete por cento) do valor total do contrato por dia de inadimplência e/ou fato gerador ensejador da multa, conforme a natureza da obrigação; e
G2 – Gravíssimo	Rescisão contratual cumulada com multa de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato.

Tabela 2

9.12 O grau de severidade inicial da penalidade será determinado considerando a conduta e a primariedade ou reincidência da contratada, conforme tabela a seguir:

Item	Conduta	1ª vez	2ª vez	3ª vez	4ª vez	5ª vez	6ª vez
1	Atraso injustificado do bem	L1	M1	M2	M3	G1	G2
2	Erro formal na nota fiscal ou documentação	L1	M1	M2	M3	G1	G2
3	Entrega de produto em embalagem inadequada	L1	M1	M2	M3	G1	G2
4	Não apresentação de documentação complementar solicitada	L1	M1	M2	M3	G1	G2
5	Entrega parcial injustificada	M1	M2	M3	G1	G2	–
6	Entrega de produto recusado por não conformidade técnica	M1	M2	M3	G1	G2	–
7	Perder as condições de habilitação durante a execução	M1	M2	M3	G1	G2	–

8	Descumprir determinação formal da fiscalização	M1	M2	M3	G1	G2	–
9	Recusa em substituir item recusado	M2	M3	G1	G2	–	–
10	Reincidência de entregas com qualidade inferior	M2	M3	G1	G2	–	–
11	Entrega de produto com validade inadequada	M2	M3	G1	G2	–	–
12	Ausência de garantia contratual, quando exigida	M2	M3	G1	G2	–	–
13	Conduta reiterada que comprometa o abastecimento	M2	M3	G1	G2	–	–
14	Entrega de produto com dano, avaria ou defeito	M2	M3	G1	G2	–	–
15	Tentativa de renegociação indevida após homologação	M2	M3	G1	G2	–	–
16	Envio de documentação falsa ou adulterada	G2	–	–	–	–	–
17	Entrega de produto falsificado	G2	–	–	–	–	–
18	Abandono contratual	G2	–	–	–	–	–
19	Fraude, conluio ou má-fé na execução	G2	–	–	–	–	–
20	Cobrança indevida ou superfaturamento deliberado	G2	–	–	–	–	–

Tabela 3

9.13 O rol das infrações descritas na tabela acima não é exaustivo, não excluindo a aplicação de outras sanções previstas em lei.

9.14 O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do primeiro dia útil seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do contrato.

9.15 Em caso de atraso ou não cumprimento de obrigação, a severidade inicial da sanção será elevada a cada 05 (cinco) dias úteis, caso a obrigação não seja devidamente adimplida, implicando a cumulação das gradações da(s) sanção(ões) aplicada(s) (L1 + M1 + M2 + M3 + G1 + G2), excetuadas as penas de multas específicas.

9.16 No caso de atraso por mais de 30 (trinta) dias, ou de o somatório das multas aplicadas por atraso ou inadimplemento ultrapassarem o percentual de 20% (vinte por cento) do valor do contrato, fica facultado ao CONTRATANTE rescindir unilateralmente o contrato.

9.17 A fixação de multas compensatórias ou moratórias não obsta o ajuizamento de demanda buscando indenização suplementar, caso o valor do dano seja superior ao valor da multa aplicada.

9.18 O valor da multa poderá ser descontado do pagamento devido à CONTRATADA, observado o contraditório e a ampla defesa.

9.19 Se o valor do pagamento for insuficiente, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial.



9.20 Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA ao Município, esse será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

9.21 As sanções administrativas serão aplicadas em procedimento administrativo autônomo, garantindo-se o contraditório e ampla defesa à CONTRATADA.

9.22 A aplicação de multas de graus G1 e G2 poderá ser acompanhada das seguintes sanções:

- I. impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- II. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação e ressarcimento dos prejuízos resultantes, respeitado o limite máximo de 5 (cinco) anos.

9.23 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.24 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.25 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.26 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.27 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

9.28 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.29 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- I. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II. as peculiaridades do caso concreto;
- III. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV. os danos que dela provierem para o Contratante;





V. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.30 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

9.31 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.32 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

10 ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1 O valor estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 2.106.000,00 (dois milhões, cento e seis mil reais).

10.2 Para a definição da estimativa do preço unitário definido para o edital, foi utilizada a média das últimas quatro semanas que apresentaram os seguintes valores:

PERÍODO DE LEVANTAMENTO DE PREÇOS		PREÇO MÉDIO REVENDA - ANP			
		ETANOL	GASOLINA COMUM	DIESEL COMUM	DIESEL S10
25/01/2026	31/01/2026	R\$ 4,63	R\$ 6,53	R\$ 5,92	R\$ 5,96
01/02/2026	07/02/2026	R\$ 4,68	R\$ 6,57	R\$ 5,78	R\$ 6,02
08/02/2026	14/02/2026	R\$ 4,64	R\$ 6,53	R\$ 5,92	R\$ 5,96
15/02/2026	21/02/2026	R\$ 4,64	R\$ 6,53	R\$ 5,92	R\$ 5,96
PREÇO MÉDIO MENSAL		R\$ 4,65	R\$ 6,54	R\$ 5,89	R\$ 5,98

Tabela 3 *Valores unitários com base no Levantamento de Preços de Combustíveis da ANP.

10.3 Total estimado por área requisitante:

REQUISITANTE	PEDIDO DE COMPRA	VALOR
Assistência Social	8586	R\$45.000,00
Educação	8589	R\$857.000,00
Gabinete	8585	R\$32.000,00
Meio Ambiente	8587	R\$195.000,00
SESP	8590	R\$42.000,00





Saúde	8588	R\$658.000,00
SEMUTRANS	8591	R\$95.000,00
Urbanismo	8592	R\$182.000,00
Tota estimado para contratação		R\$ 2.106.000,00

Tabela 4

11 ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município de Sarandi/PR.

11.2 A contratação poderá atendida pela seguinte dotação:

04.001.04.122.0006.2.061.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO	08.001.08.244.0014.2.167.3.3.90.30.00.00. - 941 - MATERIAL DE CONSUMO
04.002.02.062.0007.2.062.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO	08.001.08.244.0040.1.145.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO
04.003.14.422.0008.2.063.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO	08.001.08.244.0040.2.141.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO
04.003.14.422.0008.2.063.3.3.90.30.00.00. - 1004 - MATERIAL DE CONSUMO	08.001.08.244.0040.2.145.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO
08.001.08.122.0032.2.151.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO	08.001.08.244.0040.2.145.3.3.90.30.00.00. - 31940 - MATERIAL DE CONSUMO
08.001.08.242.0032.2.152.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO	08.001.08.244.0041.2.171.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO
08.001.08.242.0040.2.143.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO	08.002.08.243.0012.6.002.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO
08.001.08.244.0013.2.161.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO	08.002.08.243.0012.6.012.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO
08.001.08.244.0013.2.161.3.3.90.30.00.00. - 31934 - MATERIAL DE CONSUMO	08.002.08.243.0012.6.013.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO
08.001.08.244.0014.2.163.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO	08.002.08.243.0012.6.013.3.3.90.30.00.00. - 31934 - MATERIAL DE CONSUMO
08.001.08.244.0014.2.163.3.3.90.30.00.00. - 941 - MATERIAL DE CONSUMO	08.002.08.243.0012.6.014.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO
08.001.08.244.0014.2.164.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO	08.002.08.243.0012.6.014.3.3.90.30.00.00. - 941 - MATERIAL DE CONSUMO
08.001.08.244.0014.2.164.3.3.90.30.00.00. - 941 - MATERIAL DE CONSUMO	08.002.08.243.0012.6.015.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO
08.001.08.244.0014.2.167.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO	08.002.08.243.0012.6.015.3.3.90.30.00.00. - 941 - MATERIAL DE CONSUMO
08.001.08.244.0014.2.167.3.3.90.30.00.00. - 1011 - MATERIAL DE CONSUMO	08.002.08.243.0012.6.016.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO





08.002.08.243.0032.2.150.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO	10.001.10.301.0017.2.224.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO
08.003.08.241.0032.2.153.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO	10.001.10.301.0017.2.224.3.3.90.30.00.00. - 1303 - MATERIAL DE CONSUMO
08.003.08.241.0034.2.157.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO	10.001.10.301.0017.2.241.3.3.90.30.00.00. - 5494 - MATERIAL DE CONSUMO
09.001.18.541.0016.2.201.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO	10.001.10.301.0017.2.249.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO
09.001.18.541.0016.2.201.3.3.90.30.00.00. - 1511 - MATERIAL DE CONSUMO	10.001.10.301.0017.2.249.3.3.90.30.00.00. - 1303 - MATERIAL DE CONSUMO
09.001.18.541.0016.2.203.3.3.90.30.00.00. - 1511 - MATERIAL DE CONSUMO	10.001.10.301.0017.2.249.3.3.90.30.00.00. - 3303 - MATERIAL DE CONSUMO
09.001.18.541.0016.2.205.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO	10.001.10.301.0017.2.252.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO
09.001.18.541.0016.2.206.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO	10.001.10.301.0017.2.252.3.3.90.30.00.00. - 1303 - MATERIAL DE CONSUMO
09.001.18.541.0016.2.206.3.3.90.30.00.00. - 1511 - MATERIAL DE CONSUMO	10.001.10.301.0017.2.252.3.3.90.30.00.00. - 5494 - MATERIAL DE CONSUMO
09.001.18.543.0016.2.202.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO	10.001.10.301.0017.2.252.3.3.90.30.00.00. - 6494 - MATERIAL DE CONSUMO
10.001.10.122.0009.2.233.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO	10.001.10.302.0017.2.226.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO
10.001.10.122.0009.2.233.3.3.90.30.00.00. - 1303 - MATERIAL DE CONSUMO	10.001.10.302.0017.2.226.3.3.90.30.00.00. - 1303 - MATERIAL DE CONSUMO
10.001.10.122.0032.2.234.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO	10.001.10.302.0017.2.226.3.3.90.30.00.00. - 6494 - MATERIAL DE CONSUMO
10.001.10.301.0017.2.222.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO	10.001.10.302.0017.2.227.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO
10.001.10.301.0017.2.222.3.3.90.30.00.00. - 1303 - MATERIAL DE CONSUMO	10.001.10.302.0017.2.227.3.3.90.30.00.00. - 1303 - MATERIAL DE CONSUMO
10.001.10.301.0017.2.222.3.3.90.30.00.00. - 3303 - MATERIAL DE CONSUMO	10.001.10.302.0017.2.229.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO
10.001.10.301.0017.2.222.3.3.90.30.00.00. - 3494 - MATERIAL DE CONSUMO	10.001.10.302.0017.2.229.3.3.90.30.00.00. - 1303 - MATERIAL DE CONSUMO
10.001.10.301.0017.2.222.3.3.90.30.00.00. - 5494 - MATERIAL DE CONSUMO	10.001.10.302.0017.2.244.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO
10.001.10.301.0017.2.222.3.3.90.30.00.00. - 6494 - MATERIAL DE CONSUMO	10.001.10.302.0017.2.244.3.3.90.30.00.00. - 1303 - MATERIAL DE CONSUMO
10.001.10.301.0017.2.223.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO	10.001.10.302.0017.2.248.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO
10.001.10.301.0017.2.223.3.3.90.30.00.00. - 1303 - MATERIAL DE CONSUMO	10.001.10.302.0017.2.248.3.3.90.30.00.00. - 1303 - MATERIAL DE CONSUMO



10.001.10.302.0017.2.248.3.3.90.30.00.00. - 5494 - MATERIAL DE CONSUMO

10.001.10.302.0017.2.248.3.3.90.30.00.00. - 6494 - MATERIAL DE CONSUMO

10.001.10.303.0017.2.250.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO

10.001.10.303.0017.2.250.3.3.90.30.00.00. - 1303 - MATERIAL DE CONSUMO

10.001.10.303.0017.2.250.3.3.90.30.00.00. - 5494 - MATERIAL DE CONSUMO

10.001.10.303.0017.2.250.3.3.90.30.00.00. - 6494 - MATERIAL DE CONSUMO

10.001.10.304.0018.2.231.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO

10.001.10.304.0018.2.231.3.3.90.30.00.00. - 1303 - MATERIAL DE CONSUMO

10.001.10.304.0018.2.231.3.3.90.30.00.00. - 1510 - MATERIAL DE CONSUMO

10.001.10.304.0018.2.231.3.3.90.30.00.00. - 5494 - MATERIAL DE CONSUMO

10.001.10.304.0018.2.231.3.3.90.30.00.00. - 6494 - MATERIAL DE CONSUMO

10.001.10.305.0019.2.228.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO

10.001.10.305.0019.2.228.3.3.90.30.00.00. - 1303 - MATERIAL DE CONSUMO

10.001.10.305.0019.2.228.3.3.90.30.00.00. - 6494 - MATERIAL DE CONSUMO

10.001.10.305.0019.2.232.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO

10.001.10.305.0019.2.232.3.3.90.30.00.00. - 1303 - MATERIAL DE CONSUMO

10.001.10.305.0019.2.232.3.3.90.30.00.00. - 5494 - MATERIAL DE CONSUMO

10.001.10.305.0019.2.232.3.3.90.30.00.00. - 6494 - MATERIAL DE CONSUMO

10.001.10.305.0019.2.251.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO

10.001.10.305.0019.2.251.3.3.90.30.00.00. - 1303 - MATERIAL DE CONSUMO

10.001.10.305.0019.2.251.3.3.90.30.00.00. - 5494 - MATERIAL DE CONSUMO

10.001.10.305.0019.2.251.3.3.90.30.00.00. - 6494 - MATERIAL DE CONSUMO

12.001.12.122.0009.2.301.3.3.90.30.00.00. - 1103 - MATERIAL DE CONSUMO

12.001.12.122.0009.2.301.3.3.90.30.00.00. - 1104 - MATERIAL DE CONSUMO

12.001.12.122.0009.2.302.3.3.90.30.00.00. - 1102 - MATERIAL DE CONSUMO

12.001.12.122.0009.2.326.3.3.90.30.00.00. - 1104 - MATERIAL DE CONSUMO

12.001.12.122.0032.2.303.3.3.90.30.00.00. - 1104 - MATERIAL DE CONSUMO

12.001.12.366.0031.2.305.3.3.90.30.00.00. - 1103 - MATERIAL DE CONSUMO

12.002.12.365.0022.2.306.3.3.90.30.00.00. - 1103 - MATERIAL DE CONSUMO

12.002.12.365.0022.2.306.3.3.90.30.00.00. - 1104 - MATERIAL DE CONSUMO

12.002.12.365.0022.2.307.3.3.90.30.00.00. - 1107 - MATERIAL DE CONSUMO

12.002.12.365.0022.2.308.3.3.90.30.00.00. - 1102 - MATERIAL DE CONSUMO

12.003.12.361.0023.2.311.3.3.90.30.00.00. - 1107 - MATERIAL DE CONSUMO

12.003.12.361.0023.2.312.3.3.90.30.00.00. - 1102 - MATERIAL DE CONSUMO

12.003.12.361.0023.2.318.3.3.90.30.00.00. - 1103 - MATERIAL DE CONSUMO

12.003.12.361.0023.2.318.3.3.90.30.00.00. - 1104 - MATERIAL DE CONSUMO

12.003.12.361.0030.2.316.3.3.90.30.00.00. - 1102 - MATERIAL DE CONSUMO

12.003.12.361.0030.2.316.3.3.90.30.00.00. - 1107 - MATERIAL DE CONSUMO

13.001.27.243.0012.6.009.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO

13.001.27.812.0050.2.383.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO

13.001.27.812.0050.2.384.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO

13.001.27.813.0050.2.385.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO



14.001.06.181.0026.2.401.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO

14.001.06.181.0026.2.401.3.3.90.30.00.00. - 1509 - MATERIAL DE CONSUMO

14.001.06.181.0047.2.408.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO

14.001.06.181.0047.2.408.3.3.90.30.00.00. - 1509 - MATERIAL DE CONSUMO

14.001.06.181.0048.2.409.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO

14.001.06.451.0026.2.406.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO

14.001.06.451.0026.2.406.3.3.90.30.00.00. - 1509 - MATERIAL DE CONSUMO

DE CONSUMO

14.001.26.452.0036.2.405.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO

14.001.26.453.0036.2.403.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO

14.001.26.453.0036.2.404.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO

14.002.04.128.0045.2.407.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO

15.001.04.122.0009.2.421.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO

15.002.15.451.0027.1.434.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO

15.002.15.451.0027.1.503.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO

15.002.15.452.0027.2.026.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL

11.3 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município.

11.4 Os recursos são de Transferências Voluntárias Federal para o Município: Sim.

11.5 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1 DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A contratação de fornecedor de Combustíveis através de Licitação se faz necessária, tendo em vista que a atual Ata de Registro de Preço 352/2024, possui vencimento em 13/05/2026, referente aos itens de Gasolina Comum, Diesel S10 e Etanol. Este processo é parte essencial para manter os trabalhos administrativos e operacionais rotineiros da Administração Pública, bem como, manter o funcionamento dos trabalhos, para o cumprimento de sua finalidade com eficiência, continuidade e economia, mantendo a frota em atividade e atendendo nossos municípios, seja com ambulâncias, viaturas, máquinas, equipamentos utilizados nas obras e serviços deste Município.

Área requisitante e responsável (eis):

Área	Sec. de Administração – Departamento de Compras
Responsável	Newton Cesar Martins
Matrícula	10113
Telefone	(44) 3264 2037
E-mail	sec. adm@sarandi.pr.gov.br

2 PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

Até o presente momento, este Município não possui Plano de Contratações Anual – PCA 2026 publicado.

3 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Requisitos para participação:

O contratado deverá estar devidamente autorizado para o exercício da atividade de revenda de combustíveis conforme Resolução ANP nº 948 de 05 de Outubro de 2023.

O licitante deverá estar devidamente cadastrado na plataforma www.gov.br/compras e apresentar proposta com o percentual de desconto sobre o valor do litro apresentado pela ANP.

Deverá esta situado dentro do território do Município de Sarandi-PR. Essa limitação geográfica é relevante e pertinente ao processo em tela, uma vez que o deslocamento dos veículos para fora do território do Município acarretaria em consumo elevado de combustível, situação que contraria a essência e o objetivo da própria contratação, que é o abastecimento dos veículos da frota municipal.

Conforme histórico dos últimos processos licitatórios, os editais foram para ampla participação, haja vista que neste Município os postos de combustíveis não são ME/EPP impossibilitando aplicação de cotas.

4 ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

Ordem	Item	Descrição	Quant.	Unid.
1	37947	Diesel Comum	71.545,91	Litros
2	37948	Diesel S10	330.210,83	Litros
3	43461	Gasolina Comum	142.561,82	Litros

* Quantidade consumida em 2025 acrescida em 20%.

As quantidades definidas para o processo são estimativas baseadas no histórico de consumo da frota da Secretaria de Administração no Pregão 17/2024, última aquisição do objeto. Sendo também considerada a possibilidade de adição de mais veículos à frota atual. O Levantamento completo do histórico de consumo consta como Anexo deste ETP.

5 LEVANTAMENTO DE MERCADO

Nº	Solução
1	Abastecimentos da frota municipal em postos situados dentro dos limites territoriais do Município.
2	Contratação de empresa de gerenciamento de abastecimento com rede credenciada no Estado.

SOLUÇÃO 1: A contratação de empresa especializada no fornecimento de Combustíveis pelo Maior Desconto sobre a Tabela de Referência de Preços da ANP. O município de Sarandi possui diversos Postos de Combustíveis registrados na ANP, o que confere alta probabilidade de concorrência e disputa de propostas, gerando economicidade na aquisição dos combustíveis. Nesta solução, não é aplicada nenhuma taxa administrativa, sendo desembolsado pela Prefeitura exclusivamente o valor dos produtos adquiridos.

Lista de Postos de Combustíveis registrado na ANP no Município de Sarandi:

CNPJ	RAZÃO SOCIAL	FANTASIA	UF	MUNICÍPIO	BANDEIRA
00.096.344/0001-46	W.F.M. COMBUSTIVEIS LTDA	POSTO SARANDI	PR	SARANDI	IPIRANGA - 06/03/2002
00.561.195/0001-49	JG COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	POSTO QUERENCIA	PR	SARANDI	RAIZEN - 17/12/2001
01.648.663/0001-80	W. S. COMBUSTIVEIS LTDA	POSTO INDEPENDENCIA	PR	SARANDI	IPIRANGA - 23/10/2001
03.084.622/0001-33	SARANDI PETROLEO LTDA.	POSTO PIONEIRO	PR	SARANDI	IPIRANGA - 06/02/2024
07.577.727/0001-85	L. MENEGATTI & CIA. LTDA.		PR	SARANDI	BANDEIRA BRANCA - 25/01/2007
08.295.120/0001-75	AUTO POSTO VOLPATO LTDA - EPP	AUTO POSTO VOLPATO	PR	SARANDI	BANDEIRA BRANCA - 29/05/2007
08.511.622/0001-96	Z M PETROLEO LTDA	POSTO MONTREAL	PR	SARANDI	IPIRANGA - 19/05/2011
10.623.045/0001-76	MARINGA COMBUSTIVEIS LTDA		PR	SARANDI	BANDEIRA BRANCA - 22/03/2010
11.925.687/0001-92	WALTER VOLPATO & CIA LTDA	AUTO POSTO VOLPATO	PR	SARANDI	BANDEIRA BRANCA - 21/09/2010
22.169.926/0001-48	SORDI & VIGNOTO COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA.	POSTO SAO JOSE	PR	SARANDI	BANDEIRA BRANCA - 03/04/2017

33.144.516/0001-69	VIGNOTO & VIGNOTO COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA		PR	SARANDI	RAIZEN - 09/11/2022
46.309.273/0001-13	CAETANO E MARIN COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	POSTO INDEPENDENCIA	PR	SARANDI	IPIRANGA - 19/09/2022
75.258.772/0001-27	AUTO POSTO GARBUGIO LTDA	POSTO GARBUGIO	PR	SARANDI	IPIRANGA - 04/11/2009

(Fonte: https://cdp.anp.gov.br/ords/www.flow.accept?p_context=consulta-dados-publicos-cdp/consulta-de-postos-lista/3074574488560)

Em pesquisa realizada no portal do SIMPLES nacional, foi verificado que nenhum dos revendedores do município são opantes do SIMPLES (anexo IV).

SOLUÇÃO 2: Contratação de empresa especializada no gerenciamento de fornecimento de combustíveis através de rede de postos de combustíveis credenciados apresenta-se como uma solução viável para abastecimentos fora do Município de Sarandi-PR. Neste sistema, ocorre a aceitação do preço praticado no momento do abastecimento, com a possibilidade de aquisição em postos credenciados pela empresa gestora, eliminando a necessidade de adiantamentos e reembolsos para motoristas nas viagens realizadas. Permite o monitoramento em tempo real dos abastecimentos por meio de controle por sistema informatizado. Nesta solução, além do valor dos combustíveis, é cobrada pela contratada uma taxa de administração do sistema.

CONCLUSÃO: Para a análise de viabilidade entre as Soluções propostas, é necessário verificar o histórico de abastecimentos realizados e pagos pela Prefeitura de Sarandi nos períodos anteriores, em especial no ano de 2025:

Abastecimentos realizados **dentro** do Município de Sarandi-PR:

ANO	CÓD. ORGÃO	ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR TOTAL
2025	TOTAL	37947	Diesel Comum	59.621,60	345.832,32
2025	TOTAL	37948	Diesel S10	275.175,68	1.589.163,55
2025	TOTAL	43461	Gasolina Comum	118.801,52	691.994,57
VALOR TOTAL					2.626.990,44

Fonte: Relatórios de Empenhos emitidos e pagos do Município.

Abastecimentos realizados **fora** do Município de Sarandi-PR:

Exercício	Natureza	Item	Valor
2025	3390930202	Gasolina	13.092,84
2025	3390930201	Etanol	357,86
2025	3390930203	Diesel	2.829,26
			16.279,96

Fonte: Relatórios de Empenhos emitidos e pagos do Município.

Analisando em conjunto as tabelas apresentadas, observa-se que, embora ocorram abastecimentos fora do território do Município de Sarandi, estes valores são irrisórios, representando cerca de 0,6% em relação ao valor total da aquisição destes itens pela Prefeitura. Assim Considerando que aproximadamente 99,4% dos abastecimentos da frota municipal em

2025 foram realizados dentro do território do município, a contratação de empresa especializada no fornecimento de Combustíveis na modalidade Registro de Preços, pelo Maior Desconto sobre a Tabela de Referência de Preços da ANP, apresenta-se como uma solução viável economicamente. Operacionalmente é uma alternativa já consolidada nesta Municipalidade, conforme observado, a título de exemplo, nos cinco processos anteriores do mesmo objeto: Pregão 37/2020, Pregão 39/2021, Pregão 16/2022, Pregão 22/2023 e Pregão 17/2024.

Os relatórios completos de abastecimentos encontram-se como anexo deste Estudo.

6 ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Para a presente contratação, não foram feitas cotações de forma tradicional, uma vez que os valores unitários para aquisição são os apresentados pela ANP, sendo que estes são os praticados no Mercado da Região de Maringá/PR.

O Valor Estimado da Contratação considera a quantidade estimada de consumo, multiplicada pelo valor de referência de cada produto, obtido nas últimas quatro semanas da Tabela Referencial da ANP.

Item	Descrição	Quant.	Unid.	Valor unitário	Valor total
37947	Diesel Comum	71.545,91	Litros	R\$ 5,89	R\$ 421.405,41
37948	Diesel S10	330.210,83	Litros	R\$ 5,98	R\$ 1.974.660,76
43461	Gasolina Comum	142.561,82	Litros	R\$ 6,54	R\$ 932.354,31

Total estimado para contratação: R\$ 3.328.420,48 (três milhões, trezentos e vinte e oito mil, quatrocentos e vinte reais e quarenta e oito centavos)

7 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Trata-se do fornecimento de combustíveis pelo Município de Sarandi-PR, essenciais para a manutenção da frota em atividade, assim como maquinários e equipamentos em geral.

Quanto ao formato para escolha da proposta mais vantajosa e automaticamente para aplicação durante a execução da ARP (desconto sobre o valor apresentado sobre a ANP), foi implantado nesta Administração desde o Pregão Presencial nº 97/2018 e desde então tem atendido de forma eficaz e suficiente.

Uma das grandes dificuldades para este objeto é a constante variação de preços do combustível, consequentemente os pedidos de realinhamento de preços por parte do fornecedor. Como a adoção da tabela referencial da ANP, que apresenta valores praticados no mercado, esse problema é sanado.

Publicada em 21/10/2020 atualizado em 24/02/2026 em cumprimento às determinações da Lei do Petróleo (Lei nº 9478/1997, artigo 8º), a ANP acompanha os preços praticados por revendedores de combustíveis automotivos e de gás liquefeito de petróleo envasilhado em

botijões de 13 quilos (GLP P13), por meio de uma pesquisa semanal de preços realizada por empresa contratada.

O Levantamento de Preços de Combustíveis (LPC), programa que substituiu, em setembro de 2020, o Levantamento de Preços e de Margens de Comercialização de Combustíveis (LPMCC), abrange gasolina C, etanol hidratado, óleo diesel B, GNV e GLP P13 pesquisados em 459 localidades, segundo procedimentos estabelecidos pela Portaria ANP. nº 202/2000. (FONTE: <https://www.gov.br/anp/pt-br/assuntos/precos-e-defesa-da-concorrenca/precos/levantamento-de-precos-de-combustiveis-ultimas-semanas-pesquisadas>). (consulta em 27/02/2026)

As propostas de preços serão por percentual de desconto sobre a tabela referencial LPC. O percentual de desconto apresentado na proposta vencedora será fixo durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços.

O valor a ser faturado por litro de combustível será aquele apresentado pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) na tabela referencial LPC, **referente a semana que o veículo foi abastecido**, sobre esse valor deverá ser aplicado o percentual de desconto ofertado na proposta vencedora do pregão, que resultará no valor a ser pago pelo Município de Sarandi.

O preço unitário de referência para o faturamento será o valor do **preço médio de revenda** da cidade de **Maringá-PR**, disponibilizado pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis através do LPC **da semana em que ocorreu o abastecimento**.

Para o faturamento da NF consolidada deverão ser utilizados os seguintes critérios no LPC da semana referência do abastecimento:

- ✓ Filtrar o Estado do Paraná e o Município de Maringá/Pr;
- ✓ Filtrar o combustível utilizado.
- ✓ Considerar a coluna “preço médio revenda” ao consumidor (eliminando-se sempre a terceira casa decimal dos preços, independentemente da aproximação).

O valor do fornecimento pelo vencedor deverá ser o valor da tabela referencial LPC, diminuído o percentual de desconto oferecido na proposta de preços.

O abastecimento deverá ser realizado diretamente nas bombas de combustível do estabelecimento do fornecedor, sem custos adicionais.

8 DO PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO

Trata-se de aquisição de objeto de natureza comum: aquisição de combustível para a frota e demais equipamentos da Prefeitura Municipal de Sarandi.

A Contratada deverá adotar todas as práticas necessárias no fornecimento do item e estar em dia com todas as obrigações relacionadas ao comércio destes produtos, seja da ordem fiscal,

financeira, logística ou sustentável, ou outra que por ventura necessitar de acordo com as leis que regem este tipo de transação.

A contratação está baseado no Pregão Eletrônico na modalidade Sistema de Registro de Preços, portanto com validade de 1 ano a partir da assinatura da Ata. Podendo ser prorrogado sucessivamente nos termos do art. 107, da Lei 14.133/2021.

Nesta licitação deverá ser parcelada em itens, assim proporcionando maior competitividade entre os licitantes.

Critério de julgamento:

✓ Maior desconto por item.

Subcontratação:

✓ Não.

9 RESULTADOS PRETENDIDOS

Pretende-se com este processo a aquisição de combustíveis para a manutenção dos trabalhos administrativos e operacionais rotineiros da Administração Pública, para o cumprimento de sua finalidade com eficiência, continuidade e economia.

10 PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

O licitante deverá anexar no sistema do Compras Governamentais juntamente com o cadastro da proposta eletrônica, até a abertura da sessão pública, os documentos não abrangidos pelo SICAF, ou desatualizados nos cadastros anteriores.

É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

11 CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Não se aplica.

12 POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

Quanto aos aspectos de sustentabilidade na gestão do contrato e considerando o disposto no Acórdão 2.380 /2012-2 Câmara (TCU) e o Guia Nacional de Licitações Sustentáveis, verificou-se que este objeto não possui parâmetros de sustentabilidade para serem aplicados no processo licitatório em questão em específico, além dos exigidos pelos Órgãos de Controle. Assim, ao se

exigir que a contratada se responsabilize em estar em acordo com as exigências da agência reguladora, já satisfaz as condições de sustentabilidade aplicadas à essa questão, conforme abaixo:

- Respeitar e fazer cumprir a legislação de proteção ao meio ambiente, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;
- Respeitar as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre armazenamento de líquidos inflamáveis e combustíveis (NBR 17505 e demais normas do objeto).

13 CONCLUSÃO DA ESCOLHA DA SOLUÇÃO PRETENDIDA

Considerando que aproximadamente 99,6% dos abastecimentos da frota municipal em 2025 foram realizados dentro do território do município, a contratação direta de um revendedor de combustíveis local mostra-se a alternativa mais eficiente e econômica para a Administração Pública.

A adoção de sistema de cartões de abastecimento, embora viável para situações em que há grande demanda fora da sede, implicaria custos adicionais com taxas administrativas, mensalidades e eventuais encargos operacionais, sem trazer benefícios proporcionais à realidade do município.

O presente Estudo Técnico Preliminar evidencia que a contratação para registro de preços de empresa revendedora de combustíveis descrita neste instrumento se mostra tecnicamente viável e fundamentadamente necessária. Diante do exposto, declaro ser viável a contratação pretendida.

RESPONSÁVEL(IS) PELO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Sarandi, 27 de fevereiro de 2026.

Maicon Tonolli

Matrícula 8158

ANEXO I - ETP

TABELA REFERENCIAL DE PREÇOS ANP

LEVANTAMENTO DE PREÇOS DE COMBUSTÍVEIS (LPC)

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP SUPERINTENDÊNCIA DE DEFESA DA CONCORRÊNCIA LEVANTAMENTO DE PREÇOS DE COMBUSTÍVEIS								
INTERVALO DE TEMPO: SEMANAL								
COMBUSTÍVEL: TODOS								
TIPO RELATÓRIO: MUNICÍPIOS								
OBS: ATUALMENTE, O PRODUTO 'ÓLEO DIESEL' SE REFERE AO ÓLEO DIESEL B S500 COMUM.								
DATA INICIAL	DATA FINAL	ESTADO	MUNICÍPIO	PRODUTO	NÚMERO DE POSTOS PESQUISADOS	UNIDADE DE MEDIDA	PREÇO MÉDIO REVENDA	PREÇO MÉDIO ÚLTIMAS 4 SEMANAS
25/01/2026	31/01/2026	PARANA	MARINGA	ETANOL HIDRATADO	17	R\$/l	4,63	4,65
01/02/2026	07/02/2026				17	R\$/l	4,68	
08/02/2026	14/02/2026				17	R\$/l	4,64	
15/02/2026	21/02/2026				17	R\$/l	4,64	
25/01/2026	31/01/2026	PARANA	MARINGA	GASOLINA ADITIVADA	15	R\$/l	6,67	6,69
01/02/2026	07/02/2026				14	R\$/l	6,74	
08/02/2026	14/02/2026				15	R\$/l	6,67	
15/02/2026	21/02/2026				15	R\$/l	6,67	
25/01/2026	31/01/2026	PARANA	MARINGA	GASOLINA COMUM	17	R\$/l	6,53	6,54
01/02/2026	07/02/2026				17	R\$/l	6,57	
08/02/2026	14/02/2026				17	R\$/l	6,53	
15/02/2026	21/02/2026				17	R\$/l	6,53	
25/01/2026	31/01/2026	PARANA	MARINGA	GLP	12	R\$/13kg	112,90	111,81
01/02/2026	07/02/2026				12	R\$/13kg	108,73	
08/02/2026	14/02/2026				12	R\$/13kg	112,90	
15/02/2026	21/02/2026				11	R\$/13kg	112,71	
25/01/2026	31/01/2026	PARANA	MARINGA	OLEO DIESEL	5	R\$/l	5,92	5,89
01/02/2026	07/02/2026				4	R\$/l	5,78	
08/02/2026	14/02/2026				5	R\$/l	5,92	
15/02/2026	21/02/2026				5	R\$/l	5,92	
25/01/2026	31/01/2026	PARANA	MARINGA	OLEO DIESEL S10	10	R\$/l	5,96	5,98
01/02/2026	07/02/2026				12	R\$/l	6,02	
08/02/2026	14/02/2026				10	R\$/l	5,96	
15/02/2026	21/02/2026				10	R\$/l	5,96	

ANEXO II - ETP

CONSUMO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS EM 2025 DENTRO DO MUNICÍPIO

RESUMO DO CONSUMO TOTAL DA PREFEITURA:

ANO	CÓD. ORGÃO	ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR TOTAL
2025	TOTAL	37947	Diesel Comum	59.621,60	345.832,32
2025	TOTAL	37948	Diesel S10	275.175,68	1.589.163,55
2025	TOTAL	43461	Gasolina Comum	118.801,52	691.994,57
VALOR TOTAL					2.626.990,44

RESUMO DO CONSUMO POR ÓRGÃO:

ANO	CÓD. ORGÃO	ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR TOTAL
2025	4	37947	Diesel Comum	0,00	0,00
2025	4	37948	Diesel S10	0,00	0,00
2025	4	43461	Gasolina Comum	5.860,40	34.222,25
2025	5	37947	Diesel Comum	0,00	0,00
2025	5	37948	Diesel S10	0,00	0,00
2025	5	43461	Gasolina Comum	2.876,31	16.766,32
2025	7	37947	Diesel Comum	0,00	0,00
2025	7	37948	Diesel S10	0,00	0,00
2025	7	43461	Gasolina Comum	4.262,49	24.810,65
2025	8	37947	Diesel Comum	0,00	0,00
2025	8	37948	Diesel S10	6.268,81	36.297,47
2025	8	43461	Gasolina Comum	10.743,19	62.596,26
2025	9	37947	Diesel Comum	9.956,02	57.588,92
2025	9	37948	Diesel S10	16.113,22	93.233,96
2025	9	43461	Gasolina Comum	10.836,64	63.126,13
2025	10	37947	Diesel Comum	0,00	0,00
2025	10	37948	Diesel S10	91.682,70	530.604,31
2025	10	43461	Gasolina Comum	39.022,82	227.289,79
2025	11	37947	Diesel Comum	87,00	510,68
2025	11	37948	Diesel S10	0,00	0,00
2025	11	43461	Gasolina Comum	2.048,28	11.952,58
2025	12	37947	Diesel Comum	17.510,04	102.591,37
2025	12	37948	Diesel S10	119.335,22	687.433,84

2025	12	43461	Gasolina Comum	10.460,87	60.894,67
2025	13	37947	Diesel Comum	0,00	0,00
2025	13	37948	Diesel S10	5.821,59	33.470,35
2025	13	43461	Gasolina Comum	4.232,45	24.666,64
2025	14	37947	Diesel Comum	0,00	0,00
2025	14	37948	Diesel S10	10.664,67	61.701,13
2025	14	43461	Gasolina Comum	21.340,25	124.212,25
2025	15	37947	Diesel Comum	32.068,54	185.141,35
2025	15	37948	Diesel S10	25.289,47	146.422,49
2025	15	43461	Gasolina Comum	6.821,83	39.730,01
2025	16	37947	Diesel Comum	0,00	0,00
2025	16	37948	Diesel S10	0,00	0,00
2025	16	43461	Gasolina Comum	150,29	878,82
2025	17	37947	Diesel Comum	0,00	0,00
2025	17	37948	Diesel S10	0,00	0,00
2025	17	43461	Gasolina Comum	145,70	848,20
2025	18	37947	Diesel Comum	0,00	0,00
2025	18	37948	Diesel S10	0,00	0,00
2025	18	43461	Gasolina Comum	0,00	0,00

ANEXO III - ETP

CONSUMO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS EM 2025 FORA DO MUNICÍPIO DE SARANDI

RESUMO DE ABASTECIMENTOS FORA DE SARANDI POR ITEM:

Exercício	Natureza	Item	Valor
2025	3390930202	Gasolina	13.092,84
2025	3390930201	Etanol	357,86
2025	3390930203	Diesel	2.829,26
			16.279,96

ANEXO IV - ETP

CONSULTAS DE OPTANTES SIMPLES NACIONAL

Identificação do Contribuinte - CNPJ Matriz

CNPJ: **00.096.344/0001-46**

A opção pelo Simples Nacional e/ou SIMEI abrange todos os estabelecimentos da empresa

Nome Empresarial: **W.F.M. COMBUSTIVEIS LTDA**

Situação Atual

Situação no Simples Nacional: **NÃO optante pelo Simples Nacional**

Situação no SIMEI: **NÃO enquadrado no SIMEI**

Identificação do Contribuinte - CNPJ Matriz

CNPJ: **00.561.195/0001-49**

A opção pelo Simples Nacional e/ou SIMEI abrange todos os estabelecimentos da empresa

Nome Empresarial: **JG COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA**

Situação Atual

Situação no Simples Nacional: **NÃO optante pelo Simples Nacional**

Situação no SIMEI: **NÃO enquadrado no SIMEI**

Identificação do Contribuinte - CNPJ Matriz

CNPJ: **01.648.663/0001-80**

A opção pelo Simples Nacional e/ou SIMEI abrange todos os estabelecimentos da empresa

Nome Empresarial: **SMLL ADMINISTRADORA DE BENS PROPRIOS LTDA**

Situação Atual

Situação no Simples Nacional: **NÃO optante pelo Simples Nacional**

Situação no SIMEI: **NÃO enquadrado no SIMEI**

Identificação do Contribuinte - CNPJ Matriz

CNPJ: **03.084.622/0001-33**

A opção pelo Simples Nacional e/ou SIMEI abrange todos os estabelecimentos da empresa

Nome Empresarial: **SARANDI PETROLEO LTDA.**

Situação Atual

Situação no Simples Nacional: **NÃO optante pelo Simples Nacional**

Situação no SIMEI: **NÃO enquadrado no SIMEI**

Identificação do Contribuinte - CNPJ Matriz

CNPJ: **07.577.727/0001-85**

A opção pelo Simples Nacional e/ou SIMEI abrange todos os estabelecimentos da empresa

Nome Empresarial: **L.MENEGATTI & CIA LTDA**

Situação Atual

Situação no Simples Nacional: **NÃO optante pelo Simples Nacional**

Situação no SIMEI: **NÃO enquadrado no SIMEI**

Identificação do Contribuinte - CNPJ Matriz

CNPJ: **08.295.120/0001-75**

A opção pelo Simples Nacional e/ou SIMEI abrange todos os estabelecimentos da empresa

Nome Empresarial: **AUTO POSTO VOLPATO LTDA**

Situação Atual

Situação no Simples Nacional: **NÃO optante pelo Simples Nacional**

Situação no SIMEI: **NÃO enquadrado no SIMEI**

Identificação do Contribuinte - CNPJ Matriz

CNPJ: **08.511.622/0001-96**

A opção pelo Simples Nacional e/ou SIMEI abrange todos os estabelecimentos da empresa

Nome Empresarial: **Z M PETROLEO LTDA**

Situação Atual

Situação no Simples Nacional: **NÃO optante pelo Simples Nacional**

Situação no SIMEI: **NÃO enquadrado no SIMEI**

Identificação do Contribuinte - CNPJ Matriz

CNPJ: **10.623.045/0001-76**

A opção pelo Simples Nacional e/ou SIMEI abrange todos os estabelecimentos da empresa

Nome Empresarial: **MARINGA COMBUSTIVEIS LTDA**

Situação Atual

Situação no Simples Nacional: **NÃO optante pelo Simples Nacional**

Situação no SIMEI: **NÃO enquadrado no SIMEI**

Identificação do Contribuinte - CNPJ Matriz

CNPJ: **11.925.687/0001-92**

A opção pelo Simples Nacional e/ou SIMEI abrange todos os estabelecimentos da empresa

Nome Empresarial: **WALTER VOLPATO & CIA LTDA**

Situação Atual

Situação no Simples Nacional: **NÃO optante pelo Simples Nacional**

Situação no SIMEI: **NÃO enquadrado no SIMEI**

Identificação do Contribuinte - CNPJ Matriz

CNPJ: **22.169.926/0001-48**

A opção pelo Simples Nacional e/ou SIMEI abrange todos os estabelecimentos da empresa

Nome Empresarial: **SORDI & VIGNOTO COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA.**

Situação Atual

Situação no Simples Nacional: **NÃO optante pelo Simples Nacional**

Situação no SIMEI: **NÃO enquadrado no SIMEI**

Identificação do Contribuinte - CNPJ Matriz

CNPJ: **33.144.516/0001-69**

A opção pelo Simples Nacional e/ou SIMEI abrange todos os estabelecimentos da empresa

Nome Empresarial: **VIGNOTO & VIGNOTO COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA**

Situação Atual

Situação no Simples Nacional: **NÃO optante pelo Simples Nacional**

Situação no SIMEI: **NÃO enquadrado no SIMEI**

Identificação do Contribuinte - CNPJ Matriz

CNPJ: **46.309.273/0001-13**

A opção pelo Simples Nacional e/ou SIMEI abrange todos os estabelecimentos da empresa

Nome Empresarial: **CAETANO E MARIN COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA**

Situação Atual

Situação no Simples Nacional: **NÃO optante pelo Simples Nacional**

Situação no SIMEI: **NÃO enquadrado no SIMEI**

Identificação do Contribuinte - CNPJ Matriz

CNPJ: **75.258.772/0001-27**

A opção pelo Simples Nacional e/ou SIMEI abrange todos os estabelecimentos da empresa

Nome Empresarial: **AUTO POSTO GARBUGIO LTDA**

Situação Atual

Situação no Simples Nacional: **NÃO optante pelo Simples Nacional**

Situação no SIMEI: **NÃO enquadrado no SIMEI**



PROPOSTA DE PREÇOS

ITEM	CÓD.	DESCRIÇÃO	MARCA / BANDEIRA	TOTA ESTIMADO	PERCENTUAL DE DESCONTO OFERTADO
1	37948	DIESEL S10		R\$ 2.106.000,00	

IDENTIFICAÇÃO DA LICITANTE

Razão Social/CNPJ:

Endereço completo:

Cidade/UF:

CEP:

Fone:

E-mail:

DADOS BANCÁRIOS

Banco:

Agência:

Conta Corrente:

IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE LEGAL DA LICITANTE

Nome completo:

CPF:

Endereço completo:

Cidade/UF:

CEP:

Demais condições:

I. Ao efetuar essa proposta para o Pregão Eletrônico nº ____/2026-PMS, esta empresa proponente declara ter tomado pleno conhecimento do Edital, do Termo de Referência e dos demais documentos integrantes da presente licitação estando ciente das obrigações das partes e das condições para execução do objeto;

II. Esta empresa proponente declara que todas as despesas diretas e indiretas envolvidas no provimento dos serviços estão incluídas nos valores desta proposta de preços, que possui capacidade técnico-operacional adequada e que os preços são exequíveis;

III. A proposta deve ter validade de, no mínimo, 60 (sessenta) dias.

Local e data: _____, ____ de _____ de 20__.



Razão Social e CNPJ da Empresa Proponente

Identificação e Assinatura do Representante Legal da Empresa Proponente



SARANDI

GOVERNO MUNICIPAL

ANEXO III

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Nº «NÚMERO_CONTRATO»/«ANO_CONTRATO»

OBJETO

Registro de preços para futura e eventual aquisição de combustível tipo Diesel S10, destinado ao abastecimento da frota de veículos da Prefeitura do Município de Sarandi/PR.



A Prefeitura do Município de Sarandi, com sede na rua José Emiliano de Gusmão, 565 – Centro – CEP 87.111-230 – Sarandi/PR, inscrita no CNPJ sob o nº 78.200.482/0001-10, neste ato representado pelo Prefeito, o Sr. Carlos Aberto de Paula Júnior, juntamente com o(s) secretário(s) participante(s), considerando o julgamento da Licitação na modalidade Pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº «Número_Licitação»/«Ano_Licitação», Processo Administrativo nº xxx/20xx, resolve registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ata, de acordo com a classificação por ela alcançada e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de Licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na [Lei nº 14133/21](#), no [Decreto nº 2140/2024 – SRP](#), e em conformidade com as disposições a seguir:

1 DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o *Registro de preços para futura e eventual aquisição de combustível tipo Diesel S10, destinado ao abastecimento da frota de veículos da Prefeitura do Município de Sarandi/PR*, de acordo com o Termo de Referência, anexo 1 do Edital do Pregão Eletrônico n.º «Número_Licitação»/«Ano_Licitação», que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2 DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Razão Social: «Nome_Fornecedor»

CNPJ: «CNPJ_CPF_Fornecedor»

Endereço: «Endereço_Fornecedor» - «Cidade_Fornecedor» - «Estado_Fornecedor» - «CEP_Fornecedor»

Fone/Cel.: «TelComercial_Fornecedor_Contato»

E-mail: «Email_Fornecedor_Contato»

Representante: «Nome_Representante» - CPF: «CPF_Representante»

ITEM	CÓD.	DESCRIÇÃO	MARCA / BANDEIRA	TOTA ESTIMADO	PERCENTUAL DE DESCONTO OFERTADO
1	37948	DIESEL S10		R\$ 2.106.000,00	

Tabela 1





«Itens_Contrato_Por_Lote»

2.2 A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3 ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1 O órgão gerenciador será a Prefeitura do Município de Sarandi.

3.2 Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.

4 DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação, conforme justificativa apresentada no [Comunicado Interno nº 485/2025-DL](#).

5 VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1 A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no [Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP](#), podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1 Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

5.2 O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.2.1 Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.





5.3 A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.3.1 O instrumento contratual de que trata o item 5.3 deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3.2 Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4 Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

I. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no Edital e se obrigar nos limites dela;

I. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

a) Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

b) Mantiverem sua proposta original.

5.4.1 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5 O registro a que se refere o inciso I do item 5.4, tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o alínea “b) do inciso I do item 5.4 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

I. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no *Edital*; e

II. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8 O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.



5.9 Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no Edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

I. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10 A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11 Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no Edital, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12 Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item alínea “a)” do inciso I do item 5.4, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do Edital, poderá:

I. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

II. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6 ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1 O percentual de desconto registrado será fixo durante a vigência desta ata.





7 NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1 Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1 Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2 Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4 Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2 Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1 Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2 Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.



7.2.5 Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6 O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8 REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 Considerando que a Prefeitura do Município de Sarandi é o órgão gerenciador e não haverá outros participantes, não se aplica o remanejamento das quantidades.

9 CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1 O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

- I. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
- II. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- III. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
- IV. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
- V. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.





9.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4 O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

- I. Por razão de interesse público;
- II. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- III. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10 DAS PENALIDADES

10.1 O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.

10.1.1 As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

11 DA FRAUDE E CORRUPÇÃO

11.1 Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

11.1.1 Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- I. “prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- II. “prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- III. “prática colusiva”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;



IV. “prática coercitiva”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;

V. “prática obstrutiva”: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

11.2 Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

11.3 Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

12 CONDIÇÕES GERAIS

12.1 As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao Edital.

12.2 Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Sarandi, Clique ou toque aqui para inserir uma data..





(Nome do Secretário)

«Assinaturas_Contrato»

Secretário xxx

«Nome_Representante»

«nome_fornecedor»

Carlos Alberto de Paula Júnior

Prefeito

Testemunhas:

1 – XX

2 – XX





CADASTRO DE RESERVA

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Razão Social:

CNPJ:

Endereço:

Fone/Cel.:

E-mail:

Representante:

CPF:

ITEM	CÓD.	DESCRIÇÃO	MARCA	QUANT.	UNID.	VALOR UNIT.	TOTAL
			(quando exigido no edital)				

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Razão Social:

CNPJ:

Endereço:

Fone/Cel.:

E-mail:

Representante:

CPF:

ITEM	CÓD.	DESCRIÇÃO	MARCA	QUANT.	UNID.	VALOR UNIT.	TOTAL
			(quando exigido no edital)				



SARANDI

GOVERNO MUNICIPAL

ANEXO IV

CONTRATO

Nº «NÚMERO_CONTRATO»/«ANO_CONTRATO»

OBJETO

Registro de preços para futura e eventual aquisição de combustível tipo Diesel S10, destinado ao abastecimento da frota de veículos da Prefeitura do Município de Sarandi/PR.



A Prefeitura do Município de Sarandi, por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, com sede na rua José Emiliano de Gusmão, 565 – Centro – CEP 87.111-230 – Sarandi/PR, inscrita no CNPJ sob o nº 78.200.482/0001-10, neste ato representado pelo Prefeito, o Sr. Carlos Aberto de Paula Júnior, juntamente com o(s) secretário(s) participante(s), doravante denominado CONTRATANTE, e o «Nome_Fornecedor», inscrito no CNPJ/MF sob o nº «CNPJ_CPF_Fornecedor», sediado no(a) «Endereço_Fornecedor», na cidade «Cidade_Fornecedor» - «Estado_Fornecedor» - «CEP_Fornecedor», doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por «Nome_Representante» - CPF «CPF_Representante», conforme atos constitutivos/procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº xxx/20xx e em observância às disposições da [Lei nº 14133/21](#) e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº «Número_Licitação»/«Ano_Licitação», mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA 1 - DO OBJETO

1.1 O objeto do presente instrumento é o *Registro de preços para futura e eventual aquisição de combustível tipo Diesel S10, destinado ao abastecimento da frota de veículos da Prefeitura do Município de Sarandi/PR*, nas condições estabelecidas no Termo de Referência, Anexo I do Edital.

1.2 Objeto da contratação:

ITEM	CÓD.	DESCRIÇÃO	MARCA/BANDEIRA	TOTA ESTIMADO	PERCENTUAL DE DESCONTO
1	37948	DIESEL S10		R\$ 2.106.000,00	

Tabela 1

1.3 Vinculam esta contratação, independente de transcrição:

- I. O Edital do Pregão Eletrônico nº «Número_Licitação»/«Ano_Licitação» e seus anexos;
- II. A Proposta do CONTRATADO.

CLÁUSULA 2 - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1 O prazo de vigência da contratação é de 1 ano, contados da sua assinatura, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021, podendo ser prorrogado na forma da lei.

2.2 O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.





2.3 A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.4 O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA 3 - MODELO DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL

3.1 O regime de execução contratual, o modelo de gestão e execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, Anexo I do Edital.

MATRIZ DE RISCO

3.2 Não se aplica, conforme justificativa apresentada no Anexo IV – Análise de risco.

CLÁUSULA 4 - SUBCONTRATAÇÃO

4.1 As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, Anexo I do Edital.

CLÁUSULA 5 - PREÇO

5.1 O valor total da contratação é de R\$«Valor_Contratado».

5.1.1 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.1.2 O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA 6 - REAJUSTE

6.1 O percentual de desconto registrado será fixo durante a vigência deste contrato.





CLÁUSULA 7 - PAGAMENTO

7.1 O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, Anexo I do Edital.

CLÁUSULA 8 - OBRIGAÇÕES

8.1 As obrigações das partes são aquelas descritas no Termo de Referência, Anexo I do Edital.

CLÁUSULA 9 - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

9.1 As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

9.2 Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

9.3 É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

9.4 A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.

9.5 Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

9.6 É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

9.7 O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

9.8 O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.





9.9 O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

9.10 Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

9.10.1 Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

9.11 O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

9.12 Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA 10 - GARANTIA DE EXECUÇÃO

10.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA 11 - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1 As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, Anexo I do Edital.

CLÁUSULA 12 - DA FRAUDE E CORRUPÇÃO

12.1 Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

12.1.1 Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:





- I. “prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- II. “prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- III. “prática colusiva”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- IV. “prática coercitiva”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;
- V. “prática obstrutiva”: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

12.2 Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

12.3 Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

CLÁUSULA 13 - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1 O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2 Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.





13.3 Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:

- I. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- II. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

13.4 O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.5 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.6 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.7 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.8 O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

- I. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- II. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- III. Das indenizações e multas.

13.9 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.10 O CONTRATANTE poderá ainda:

- I. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e
- II. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.11 O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.



CLÁUSULA 14 - ALTERAÇÕES

14.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2 O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3 As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.4 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

14.5 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA 15 - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

«Dotação_CompletaTCEPR»

15.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA 16 - DOS CASOS OMISSOS

16.1 Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo





as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA 17 - PUBLICAÇÃO

17.1 Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021.

CLÁUSULA 18 - DO FORO

Fica eleito o Foro da Justiça Estadual em Sarandi/PR, para dirimir os litígios que decorrem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da [Lei nº 14133/21](#).

Sarandi, Clique ou toque aqui para inserir uma data..

(Nome do Secretário)
«Assinaturas_Contrato»
Secretário xxx

«Nome_Representante»
«nome_fornecedor»

Carlos Alberto de Paula Júnior
Prefeito

Testemunhas:





1 – XX

2 – XX



MUNICÍPIO DE SARANDI
Estado do Paraná
ANÁLISE DE RISCO

A presente Análise de Risco foi elaborada com a finalidade identificar e classificar os principais riscos associados à contratação em questão, contribuindo para o planejamento, a execução e a gestão eficiente da despesa pública, embasando a análise da viabilidade da contratação.

A construção baseou-se nos seguintes aspectos:

- a)** A análise de experiências anteriores da Administração Pública em contratações de objeto semelhante, considerando ajustes, prorrogações, ocorrências e lições aprendidas em processos pretéritos;
- b)** A identificação de riscos potenciais ao longo das etapas que compõem o ciclo de contratação pública, conforme previsto na legislação vigente e nas boas práticas de governança institucional;
- c)** A observância dos princípios da legalidade, eficiência, economicidade, gestão de riscos e transparência, buscando prevenir falhas, mitigar impactos negativos e assegurar a adequada prestação do serviço ou fornecimento do bem contratado.

1 – PROCESSOS ANTERIORES

LICITAÇÃO NÚMERO/ANO: Pregão 17/2024		
OBJETO DA LICITAÇÃO	Valor	INÍCIO E TÉRMINO DA VIGÊNCIA
Registro de preços para aquisições de combustíveis (etanol, gasolina comum, diesel comum e diesel S10), para atender à demanda do Município de Sarandi/PR.	Original: R\$ 3.971.258,84 Aditivo: R\$ 3.971.258,84	Início: 14/05/2024 Término: 13/05/2026
ADITIVO, COM A RESPECTIVA FUNDAMENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA REALIZADA NO REFERIDO PROCESSO		
Aditivo nº 1: Dilação de prazo de vigência para 13/05/2026; Aditivo nº 2: Aditivo de valor mantendo valor original do contrato.		

LICITAÇÃO NÚMERO/ANO: Pregão 22/2023		
OBJETO DA LICITAÇÃO	Valor	INÍCIO E TÉRMINO DA VIGÊNCIA
Registro de preços para COMBUSTÍVEIS (etanol, gasolina comum, diesel comum e diesel S10), com objetivo de serem adquiridos de acordo com a demanda dos veículos e equipamentos do Município de Sarandi/PR.	Original: R\$ 3.528.179,24 Aditivo: R\$ 0,00	Início: 17/05/2023 Término: 16/05/2024
ADITIVO, COM A RESPECTIVA FUNDAMENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA REALIZADA NO REFERIDO PROCESSO		
Processo sem aditivos.		

LICITAÇÃO NÚMERO/ANO: Pregão 16/2022		
OBJETO DA LICITAÇÃO	Valor	INÍCIO E TÉRMINO DA VIGÊNCIA
Registro de preços para COMBUSTÍVEIS (etanol, gasolina comum, diesel comum e diesel S10), com objetivo de serem adquiridos de acordo com a demanda dos veículos e equipamentos do Município de Sarandi/PR.	Original: R\$ 3.041.688,90 Aditivo: R\$ 0,00	Início: 30/05/2022 Término: 29/05/2023

ADITIVO, COM A RESPECTIVA FUNDAMENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA REALIZADA NO REFERIDO PROCESSO
Processo sem aditivos.

LICITAÇÃO NÚMERO/ANO: Pregão 39/2021		
OBJETO DA LICITAÇÃO	Valor	INÍCIO E TÉRMINO DA VIGÊNCIA
REGISTRO DE PREÇOS PARA COMBUSTÍVEIS (ETANOL, GASOLINA, DIESEL COMUM E DIESEL S10) PARA DEMANDA DA FROTA DO MUNICÍPIO DE SARANDI - PR.	Original: R\$ 2.007.143,26 Aditivo: R\$ 0,00	Início: 13/07/2021 Término: 13/07/2022
ADITIVO, COM A RESPECTIVA FUNDAMENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA REALIZADA NO REFERIDO PROCESSO		
Processo sem aditivos.		

LICITAÇÃO NÚMERO/ANO: Pregão 37/2020		
OBJETO DA LICITAÇÃO	Valor	INÍCIO E TÉRMINO DA VIGÊNCIA
Registro de Preços para aquisição de combustíveis (Diesel Comum, Diesel S10, Gasolina Comum e Etanol) em atendimento às Secretarias Municipais e Gabinete do Prefeito do município de Sarandi/PR.	Original: R\$ 1.495.450,05 Aditivo: R\$ 0,00	Início: 29/04/2020 Término: 29/07/2021
ADITIVO, COM A RESPECTIVA FUNDAMENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA REALIZADA NO REFERIDO PROCESSO		
Processo sem aditivos.		

2 - Riscos Identificados na Fase de Planejamento da Contratação.

Nº	Descrição
01	Dimensionamento incorreto da necessidade da Administração quanto as quantidades necessárias do objeto.
02	Inclusão de demandas acessórias ou indevidamente amplas no TR, sem amparo nas necessidades reais demonstradas no ETP.
03	Inserção de condições restritivas à competitividade, qualificações desnecessárias.
04	Ausência de vinculação expressa no TR entre o planejamento atual e lições aprendidas em contratos anteriores.
05	Ausência de verificação de disponibilidade orçamentária e/ou financeiros
06	Inclusão de itens ou serviços que não integram o objeto da contratação, gerando risco de questionamentos ou não atendimento do resultado esperado.

3 – Riscos Identificados na Etapa de Seleção dos Fornecedores.

Nº	Descrição
01	Definições de exigências desnecessárias de caráter restritivo no Edital.
02	Atraso ou demora na conclusão dos processos administrativos e jurídicos de contratação.
03	Interpretação incorreta da proposta de desconto.

04	O certame licitatório restar deserto, caso nenhuma empresa se interesse por sua execução ou fracassado, caso nenhuma das propostas apresentadas estejam dentro dos parâmetros estimados pela CONTRATANTE.
05	Apresentação de recurso administrativo motivado por falhas ou omissões no edital ou condução do certame, podendo resultar em atrasos, anulação de etapas ou comprometimento da legalidade do processo.

4 – Riscos Identificados na Execução do Contrato.

Nº	Descrição
01	Designação de servidor sem capacidade técnica para desempenhar a fiscalização do contrato.
02	Abastecimento sem a verificação da devida autorização assinada por responsável.
03	Alteração da legislação, regulamentos e normas que causem alterações no objeto inicialmente contratado.
04	Descumprimento das cláusulas contratuais por parte da contratada.
05	Utilização da tabela de referência para verificação de preços distinto da data do abastecimento.
06	Rescisão ou anulação do contrato por descumprimento das cláusulas contratuais por parte da contratada, comprometendo a continuidade das ações da contratada e exigindo nova contratação.
07	Falta de avaliação final do desempenho da contratada ao encerrar o contrato, comprometendo a responsabilização em caso de falhas, a qualificação do fornecedor em contratações futuras e o cumprimento do art. 141 da Lei nº 14.133/2021.

CONCLUSÃO: Da análise de Risco, conclui-se pela continuidade do processo e não elaboração de Matriz de Riscos fundamentado nos seguintes critérios: baixa complexidade e elevada previsibilidade da execução contratual; e riscos ordinários já previstos nos instrumentos contratuais.

A análise serve como instrumento de apoio à tomada de decisão e à condução segura do processo licitatório, contribuindo para a prevenção de falhas e para o planejamento adequado da contratação.

De igual modo, DECLARO estar ciente de todas as implicações administrativas, civis e criminais pelas informações prestadas na presente Análise de Risco e, em relação a elas, assumo de forma solidária a responsabilidade.

Sarandi, 15 de maio de 2026

Elaborado por:

Conferido e aprovado por:

Maicon Tonolli
Matrícula 8158

Lucas Adilson Zaqui
Matrícula 8235